

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

SÃO PAULO

Em 25 de abril de 1966.

Senhor Ministro Presidente.

Em obediência ao que determina o artigo 13, nº 26, do Regimento Interno deste Tribunal, tenho a honra de submeter à alta consideração de V. Excia. o Relatório Geral dos fatos verificados em 1965, na Justiça do Trabalho da 2ª Região, compreendida esta pelo E. Tribunal Regional, 23 Juntas de Conciliação e Julgamento na Capital, 20 outras espalhadas pelo interior de São Paulo, 4 situadas no Estado do Paraná e, finalmente, duas em Mato Grosso.

Paralelamente esta Presidência expõe, em linhas gerais, as providências que ordenou, tendo em vista a continuidade e o perfeito sincronismo da complexa engrenagem judiciário-administrativa trabalhista.

DO TRIBUNAL

COMPOSIÇÃO

Este Tribunal contou em sua vice-Presidência, até 15 de setembro, com o eminente Juiz José Teixeira Penteado; substituiu-o, a partir de então e em decorrência das eleições realizadas em 8 do mesmo mês, o ilustre Juiz Homero Diniz Gonçalves.

Cumprе ressaltar que ambos, nas oportunidades em que assumiram o exercício da Presidência, sempre se houveram com absoluto acerto em suas decisões, dignificando sobremaneira o elevado conceito de que desfruta esta Justiça.

Como demais membros titulares compuseram a Córte os Juizes Carlos de Figueiredo Sá, Hélio Tupinambá Fonseca, Décio de Toledo Leite, Carlos Bandeira Lins (a partir de 9 de agosto

agosto), Wilson de Souza Campos Batalha, Antônio José Fava(até o mês de julho) e Antônio Pereira Magaldi (a partir do referido mês de julho) - os três últimos, representantes classistas.

SUBSTITUIÇÕES

Em razão do afastamento dos titulares, motivado por férias regulamentares, licença-prêmio ou para tratamento de saúde, etc., foram convocados para compor o corpo de juizes togados do E. Tribunal, os Drs. Carlos Bandeira Lins, Gilberto Barreto Fragoso, Fernando de Oliveira Coutinho, Roberto Barreto Prado e Abraão Blay.

E para substituir aos representantes classistas, os Srs. João Alberto Bressan, José Antônio Ribeiro, Caio César Netto e Marcelino Marques.

Importante é registrar que em decorrência da aposentadoria do Dr. José Ney Serrão, publicada no D.O.U. de 27 de maio, foi nomeado para o preenchimento da vaga o Juiz Carlos Bandeira Lins, cuja posse realizou-se aos 9 dias do mês de agosto.

De outra parte, o Dr. Wilson de Souza Campos Batalha, juiz classista dos empregadores, foi reconduzido ao cargo; o mesmo, porém, não aconteceu com relação ao representante dos empregados, Sr. Antônio José Fava, que teve a sucedê-lo o Sr. Antônio Pereira Magaldi.

JUIZES

NOMEAÇÃO

Por Decreto Federal de 13 de abril foram nomeados para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto os bacharéis Weber Martins Batista e Djalma Lúcio Gabriel Barreto-clagificados respectivamente nos dois primeiros lugares no concurso verificado em 1 964.

Não obstante, por razões supervenientes, ambos solicitaram desistência do cargo, através requerimentos de 8 e 7 de maio, respectivamente.

As duas vagas abertas veio somar-se aquela decorrente da exoneração do bacharel Fernando Noronha, ocorrida em fins de 1 964.

Foram nomeados para as três vagas então abertas, os bacharéis Hildéa Reinert, Jorge de Oliveira Coutinho e Geraldo de Lima Marcondes - classificados em 3º, 4º e 6º lugares no concurso já mencionado (Decreto Federal de 2 de setembro).

Cumpridas as formalidades de praxe, a posse e exercício ocorreram aos 23 dias de setembro.

*

Outra vaga de Juiz do Trabalho Substituto surgiu no quadro desta Justiça, em virtude do falecimento de um de seus membros - Dr. José Mello Gonçalves.

Diante do infasuto acontecimento, este Tribunal, em sessão de 7 de dezembro, determinou o encaminhamento de nova relação tríplice que se compôs dos nomes dos bacharéis José Carlos da Silva Arouca, José Serson e Rúbens Noronha de Mello, classificados, respectivamente, em 5º, 7º e 8º lugares no concurso levado a efeito em 1964, nesta Justiça.

*

Vale notar que na indicação dos nomes destinados ao provimento das duas primeiras vagas, participou da lista tríplice o Dr. Benedito Roberto Franco - remanescente do concurso efetivado em 1960, cujo direito de concorrer naquela oportunidade fôra assegurado por decisão deste Tribunal, consolidada na Ata 54/63, de 29 de abril.

Posteriormente, pleiteou êle a manutenção de seu nome nas futuras listas tríplices - pretensão não acolhida por este Tribunal que houve por bem considerar como extinto o direito invocado.

P R O M O Ç Ã O

Em consequência da remoção do Juiz titular da Junta de Conciliação e Julgamento de Corumbá para Americana, decidiu o E. Tribunal, em sessão extraordinária de 8 de setembro, determinar a abertura de concurso de Remoção e Promoção por Merecimento, para o preenchimento do cargo de Juiz Presidente da citada Junta de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Encerrado em fins de novembro o prazo legal de inscrições, e não havendo inscritos para a Remoção, resolveu este Tribunal, após apreciação e votação dos nomes inscritos/ para concorrerem à Promoção, encaminhar lista tríplice composta pelos bacharéis Amaury Mascaro Nascimento, Nelson de Oliveira Medeiros e Pedro Vidal Neto.

Até o presente não se efetivou a nomeação o que demonstra a morosidade da burocracia do Ministério da Justiça.

REMOÇÃO

Tendo em vista a aposentadoria do Juiz Antônio Felipe Domingues Uchoa, Presidente da 9ª Junta de Conciliação e Julgamento, uma série de remoções desencadeou-se.

Assim é que, após os respectivos trâmites legais, ocupou a presidência da 9ª Junta o Dr. Paulo Marques Leite, procedente da 14ª Junta de Conciliação e Julgamento. E, para esta foi removido o titular da cidade de Americana, Dr. Wagner Drdla Giglio. Pelo mesmo processo de remoção, a Junta de Americana passou a ter como Juiz Presidente o Dr. Antônio de Souza Nogueira Filho, até então Juiz em Corumbá.

Em maio de 1965 o Diário Oficial da União publicou o ato de remoção do Dr. Helder de Almeida Carvalho, de Santo André para a 11ª Junta desta capital, cuja vaga se abriu face a aposentadoria do M. Juiz Rodolpho de Moraes Barros.

Inscritos os interessados, foi indicado para a Junta de Santo André o Dr. José Anchieta Falleiros, da 1ª Junta de Santos, enquanto que para esta deslocou-se o Dr. José Luiz Vasconcellos, de Sorocaba.

De outra parte, com a promoção do Dr. Carlos Bandeira Lins para o B. Tribunal, foi removido para 3ª J.C.J. o então titular de Santo André, Dr. José Anchieta Falleiros.

Presentemente, foram feitas as indicações para as Juntas de Sorocaba e Santo André, cujos juizes, como dito antes, foram removidos para a 1ª Junta de Santos e 3ª desta capital, respectivamente.

Os nomes encaminhados foram os dos juizes José André Beretta - de Londrina; e Antônio de Souza Nogueira Filho - de Americana. Também nestes eventos ainda não se obteve o decreto de remoção.

SESSÕES

No transcurso de 1965 o Tribunal Regional do Trabalho desta Região realizou nada menos de 148 sessões, das quais 38 extraordinárias e 110 ordinárias,

Exatamente 5 163 processos foram apreciados pelos Srs. Juizes que, no cumprimento da árdua missão, não mediram esforços nem sacrifícios no sentido de dar à Justiça eficiência, alto conceito e celeridade.

Não poderia neste ponto ser olvidada a ação dos ilustres Procuradores e Advogados militantes nesta Justiça que, fruto de uma atuação esmerada, contribuíram inestimavelmente para o sucesso alcançado.

DECISÕES

O exercício de 1965 registrou acentuada elevação no número de processos protocolados neste Tribunal, comparativamente ao ano anterior.

De 6 190 processos em 1964 passou-se a 7 141 em 1965, os quais somados aos 3 600 pendentes de julgamento no ano precedente forneceram um total de 10 741. Dêstes, foram apreciados 5 163, sendo 5 051 processos e mais 112 feitos atinentes a embargos de declaração apresentados ou reapreciados em razão de decisão proferida pelo Colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Por simples operação aritmética conclui-se que mais de 5 500 processos deixaram de ser julgados em 1965, não obstante o intenso labor desenvolvido pelos juizes dêste Tribunal.

Não será demais lembrar que nos números acima apontados não se acham incluídos cerca de 1 000 feitos de competência exclusiva da Presidência do Tribunal, como os casos de Correição, Agravo de Petição e agravo de Instrumento em Agravo de Petição. Estes últimos estiveram rigorosamente em dia durante todo o exercício.

APOSENTADORIA

O Decreto de 25 de maio de 1965, publicado / dois dias mais tarde no Diário Oficial da União, aposentou o Juiz José Ney Serrão, após permanecer por mais de 8 anos nesta Casa.

Magistrado na Justiça do Trabalho em Teresina, Piauí, desde os idos de 1941, ocupou a presidência da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento desta capital. Por antiguidade, foi promovido para o Tribunal em 1958 - quando a partir de então, notadamente, teve o ensôjo de revelar seu alto descortínio jurídico.

P O S S E

Com a presença de autoridades, advogados, funcionários, familiares, etc., em sessão de 9 de agosto., o E. Tribunal, reunido extraordinariamente, deu posse ao eminente Juiz Carlos Bandeira Lins, escolhido por merecimento para o preenchimento da vaga aberta com a aposentadoria do Dr. José / Ney Serrão.

Na oportunidade, fizeram uso da palavra, saudando o ilustre magistrado, o Dr. Homero Diniz Gonçalves, Dr. Luiz Roberto de Rezende Puech, Dr. Rio Branco Paranhos e Dr. Ildélio Martins.

Em discurso final, o homenageado agradeceu com emoção as elogiosas referências de que fôra alvo.

Igualmente extraordinária e solene foi a sessão realizada pelo E. Tribunal Regional do Trabalho em 15 de setembro, tendo em vista a posse de seu vice-presidente e de seu Presidente - pela ordem, eleito e reeleito para o biênio / seguinte.

Após as homenagens prestadas pelos oradores / que se sucederam, esta Presidência teceu algumas considerações de ordem geral, alusivas a sua administração no curso dos dois anos precedentes.

TURMAS E JUNTAS

Em sessão de março o Tribunal Regional do Trabalho, após exame cuidadoso da matéria, houve por bem determinar o envio aos poderes competentes, de mensagens destinadas, uma ao desdobramento desta Côrte em três Turmas, outra à criação de 27 Juntas de Conciliação e Julgamento - 17 na capital e 10 pelo interior de São Paulo e Paraná - e ainda a ampliação do quadro de servidores, indispensável ao pleno funcionamento dos órgãos a serem criados.

A mensagem atinente ao desdobramento do Tribunal em Turmas, foi justificado, fundamentalmente, pelo acréscimo

acréscimo de recursos chegados à 2ª instância, acentuadamente progressivo de ano para ano. Acrescendo lembrar que não bastassem os recursos originados das deliberações das Juntas - mais de 80 mil reclamações julgadas em 1 964, contra menos de 40 mil em 1 960 - há ainda que considerar aqueles procedentes das decisões dos órgãos da Justiça Comum, sob cuja competência estão afetas as causas trabalhistas nas localidades onde não existem Juntas.

De outra parte, a mensagem concernente à criação de novas Juntas explicou-se, entre outras razões, pelo facto das atuais 49 Juntas terem sido criadas para atender ao movimento existente nesta Justiça há 4 ou 5 anos, época da criação das últimas 20 Juntas que integram o total de 49 - lei 3 873/61.

Ora, em 1 960 o volume processual traduzia-se por 38 123 processos, o que já exigia, segundo manifestamente reconheceu a lei 3 873/61, o funcionamento de 49 Juntas de Conciliação e Julgamento.

Presentemente, o número de reclamações apresentado nesta Justiça, como decorrência do desenvolvimento do trinômio Agricultura, Indústria e Comércio, contrasta brutalmente com o quadro reinante em 1 960. Enquanto menos de 1 500 processos eram distribuídos anualmente a cada uma das Juntas, hoje êsse número ultrapassa a casa dos 2.200. A Junta de Ribeirão Preto, exemplificativamente, que à data da lei 3 873 / 61, recebeu 670 processos, alcançou em 1 964 nada menos de 2 122.

Levando-se em conta douto Parecer da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados, segundo o qual para que uma Junta possa bem desempenhar suas funções, não deve julgar mais de 1 000 processos, torna-se conclusivo que o encaminhamento da mensagem em tela constituía-se em inadiável imperativo.

*

Em fins de setembro êste Tribunal, através / mensagem competente, solicitou o desmembramento jurisdicional da Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, criada pela lei 2 695/55.

No projeto de reorganização territorial da

da Junta foram retirados de sua jurisdição os municípios de Pontal, Jardinópolis, Batatais, Altinópolis, Santa Rosa, São Simão, Luiz Antônio e Guataparã.

Para justificar a proposição do projeto acima mencionado, além de farto material estatístico apresentado, foram levados em consideração fatores como os que seguem:

a) jurisdição da Junta estendendo-se sobre 16 importantes municípios, numa área aproximada de 6 914 km², com pontos que se extremam por mais de 150 quilômetros;

b) cidades que chegam a distanciar-se até 100 quilômetros de Ribeirão Preto;

c) o elevado e crescente índice demográfico da Região somado ao maior alcance da legislação trabalhista em razão do Estatuto do Trabalhador Rural;

d) o conseqüente e inevitável aumento processual, bastando lembrar que a Junta de Ribeirão Preto foi a de maior movimento em toda a Justiça do Trabalho em 1 964.

ORDENAMENTO INTERNO

Tendo presente a imperiosa necessidade de reformulação das normas que constituem o Regimento Interno desta Casa, no mês de fevereiro, por proposta do Juiz Carlos de Figueiredo Sá, procedeu-se a um sorteio para a formação de uma Comissão destinada a elaborar estudo atinente às modificações a serem nele introduzidas.

Além do autor da propositura, a Comissão ficou integrada pelos Juizes Homero Diniz Gonçalves e Antônio José Fava - este posteriormente substituído pelo Juiz Antônio Pereira Magaldi.

MENSAGENS

Quatro mensagens pertinentes a abertura de créditos foram encaminhadas à Câmara dos Deputados, no exercício de 1 965.

Tais créditos - ora suplementares, ora especiais - tiveram o escopo de atender às mais distintas subconsignações, não sendo demais ressaltar àquelas relativas às despesas de salário-família, substituições e adicionais por tempo de serviço.

P E S A R

Inúmeras sessões do E. Tribunal, no correr de 1965, foram entrecortadas por uma pausa de reminiscência e tristeza, a fim de que uma derradeira homenagem fôsse prestada à memória de ilustres personalidades que, no plano nacional ou internacional, tiveram atuação destacada nos variados campos da atividade humana.

Logo em janeiro ficou consignado um voto de profundo pesar pelo passamento do eminente estadista britânico, Sir Winston Churchill, ocorrido em Londres. A figura do grande político, militar, escritor, artista e cidadão do mundo, foi analisada sob os mais diferentes ângulos, ressaltando-se o importante papel que desempenhou no cenário mundial, por ocasião da última grande guerra.

*

Sob manhã fria e chuvosa, o dia nove de julho marcou um fato profundamente doloroso e aflitivo para toda a família trabalhista de São Paulo: morrera Mário Pimenta de Moura, servidor dos mais antigos e dignos que conheceu esta Justiça em sua já longa trajetória.

Morrera um homem de inconspicável formação moral, cuja integridade e firmeza de caráter constituíram ali-cerce e traço indelével de sua existência.

Morrera o Diretor de Secretaria que no exercício de seu cargo sempre se caracterizara pela assiduidade, dedicação, empenho, alto sentido de responsabilidade e sobretudo elevada capacidade administrativa e de relações humanas.

Perdera a Justiça do Trabalho seu Diretor de Secretaria - aquêle que pelo vigor de sua marcante personalidade parecia fisicamente imortal.

Sua história, nesses últimos 25 anos, confundiu-se com a própria história desta Justiça, que com êle praticamente nasceu e desenvolveu-se.

Assim, instalada a Justiça do Trabalho em 1º de maio de 1941, pouco depois, em julho, assumia Mário Pimenta de Moura o cargo de Secretário do Conselho Regional do Trabalho. Cinco anos mais tarde deixava a função, mas não sem antes ter sido "louvado pelos bons e leais serviços prestados".

Ato contínuo, passou a desempenhar as atribuições de Secretário do Tribunal Regional do Trabalho, tornando-se menos de dois anos após Diretor da Secretaria - cargo que eficientemente e com honradez ímpar ocupou até a data de seu lamentável desenlace.

Duas interrupções apenas se fizeram nesse largo espaço de tempo. Ambas dignificantes. Uma, em 1953, quando exerceu as relevantes funções de Delegado Regional do Trabalho em São Paulo; outra, em 1957, quando esteve no Ministério do Trabalho para servir no Gabinete do titular da Pasta.

À memória imorredoura de Mário Pimenta de Moura a Justiça do Trabalho rende seu mais sentido preito de saudade.

*

Em princípio de novembro esta Justiça perdeu um de seus eminentes juizes - Dr. José Nello Gonçalves.

O fato, como era natural, sensibilizou sobremaneira a Juizes e funcionários, perante os quais o extinto sempre se impusera, quer pelo seu respeitável saber jurídico, quer pela sua extrema cordialidade no trato.

*

SALA DO SECRETÁRIO

Das mais intensas as atividades desenvolvidas pela Sala do Secretário dêste Tribunal, mórmente em decorrência da lei 4 725/65 - que estabeleceu normas para os julgamentos de dissídios coletivos. Pessoal foi mobilizado para proceder ao levantamento do salário médio real, tomando-se em consideração os reajustamentos salariais havidos no período de 24 meses, tudo segundo as condições particulares de cada categoria profissional. Está a sala totalmente aparelhada para atender com eficiência e presteza às exigências da nova disciplina dos dissídios coletivos.

Ressalte-se, por dever de justiça, a atuação do Departamento Nacional de Emprêgo e Salário que, com presteza, forneceu os números alusivos à elevação do custo de vida bem como o percentual do aumento.

No setor de expediente menciona-se a expedição

expedição de 2 445 ofícios, mais de 250 telegramas, a publicação de 51 pautas constituídas de 126 processos, a lavratura de 148 atas, 5 163 certidões de sùmula de julgamento juntadas aos autos, etc.

DIRETOR DA SECRETARIA

Em decorrência do falecimento do eminente Diretor da Secretaria dêste Tribunal, Mário Pimenta de Moura, foi nomeada para preencher o cargo a sra. Maria Lavínia Tôrres Ribeiro, até então ocupante do cargo de Diretora do Serviço Administrativo e que já vinha prestando relevantes serviços a esta Justiça. A escolha foi assim ato de verdadeiro reconhecimento à dedicação e ao desvêlo com que esta funcionária desempenhava as árduas tarefas que lhe eram confiadas.

O ato de sua nomeação foi publicado pelo Diário da Justiça do Estado de São Paulo em 11 de setembro, enquanto posse e exercício ocorreram dois dias depois.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em meados de março o E. Tribunal teve ocasião de apreciar o processo de comprovação de despesas, realizadas à conta da verba orçamentária concedida a esta Justiça pela lei 4 295/63.

Cumprindo disposição da lei nº 4 244/63, a sra. Diretora da Secretaria, ao fazer sua prestação de contas, procedeu a um relato circunstanciado a fim de demonstrar numericamente a aplicação específica das verbas.

A prestação de contas em tela, teve sua exactidão aprovada pela unanimidade dos srs. Juizes, encaminhando-se em seguida o expediente ao E. Tribunal de Contas da União, na forma prescrita pela legislação em vigor.

DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, em atenção a honroso convite / do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Regional da 1ª Região, participou do I Congresso de Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho, realizado entre 17 e 24 de maio, em Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.

O conclave, levado a efeito nas dependências do Hotel Bela Vista, teve por objetivo fundamental o aprimoramento e a atualização da legislação trabalhista, envolvendo não apenas a problemática de natureza judiciária propriamente dita, mas igualmente aquela de ordem administrativa, intrinsecamente relacionada à Justiça do Trabalho.

Ao final do encontro, mais de 30 resoluções haviam sido aprovadas o que bem atesta o interesse que o assunto suscitou.

Em seus termos de conclusões, os srs. congressistas, unissonamente, salientaram a necessidade de "reformas urgentes e imprescindíveis a assegurar maior eficiência e melhor sentido de justiça a ordem jurídico-econômica, inclusive nos dissídios coletivos, em que sobreleva o poder normativo conferido aos Tribunais de Trabalho por destinação constitucional".

E ainda o empenho de todos "pela adoção de leis que impliquem em condições de funcionamento dos órgãos da Justiça do Trabalho, tornando-os ainda mais atuantes, mais submissos reclamos dos jurisdicionados e os ajustando em ritmo compatível com a expansão demográfica."

Em conformidade com o que dispõe o Regimento Interno deste Tribunal, procedeu-se, em sessão extraordinária de 8 de setembro, à eleição para a Presidência e vice-presidência, no biênio 1965/67.

Pela segunda vez fui honrado com a indicação de meu nome para a Presidência - encargo tão dignificante / quanto árduo e espinhoso.

A cerimônia de posse verificou-se aos 15 / dias de setembro, tendo comparecido à solenidade considerável número de juizes, advogados e procuradores atuantes nesta Justiça.

Com o objetivo precípua de debater a fixação de nova tabela de Custas e do sistema de arrecadação, tendo em vista a extinção do sêlo, esta Presidência, em outubro, ag

seguiu para a Guanabara. Nessa capital, tendo por local o recinto do E. Tribunal Superior, reuniu-se com ilustres Juizes Presidentes de Tribunais Regionais de outras unidades da Federação, oportunidade em que foram debatidos, além da aludida fixação da nova tabela de Custas, problemas relacionados com a criação de novas Juntas; a criação da 9ª Região, compreendendo Santa Catarina e Paraná; criação de 21 Juntas nesta Região, criação de Juntas, apenas de 3 e 3 anos; criação de Turmas neste Tribunal; criação do Tribunal de Alçada nesta Região, etc..

Elucidando múltiplas questões de interesse fundamental para os vários órgãos que compõem a Justiça do Trabalho no país, torna-se concludente que o encontro foi dos mais proveitosos e conseqüentemente, coroado de total êxito, razão pela qual manifesto a V. Excia., como Ministro Presidente do E. Tribunal Superior, minhas congratulações pela iniciativa.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

O movimento geral da Secretaria foi dos mais intensos em 1965, superando mesmo o de anos anteriores. O fato, longe de surpreender, descortina-se como decorrência natural de uma Região que conta com quase 50 Juntas de Conciliação e Julgamento, espalhadas pelos mais distintos pontos de 3 Estados.

Eficientemente conduzida, até julho, pelo saudoso Mário Pimenta de Moura, e a partir de então, pela sra. Maria Lavínia Tôrres Ribeiro, a Secretaria d'este Tribunal, embora com um volume de trabalho acentuadamente progressivo, jamais sofreu qualquer fraccionamento em seu ritmo de atividade, primando em todos os instantes pela fiel e cabal execução dos encargos sob sua esfera de competência.



SERVICO ADMINISTRATIVO

O Serviço Administrativo, como uma das faces da Secretaria, constitui-se, em suas atribuições, dos encargos específicos de cada uma das Secções que a integram. E nesse campo, como nos demais, foi intenso o labor desenvolvido pelas Secções de Pessoal, Pagamento, Material, Compras, etc.

Durante o exercício de 1 965, como uma amostra do que realizou a Secção do Pessoal, esclareça-se que nada menos de 1 015 officios foram expedidos; 230 informações sôbre / processos foram prestadas; procedeu ela a 176 pedidos de contagem de tempo de serviço público; lavrou 824 Portarias, além de 546 referentes à designações de Juizes; elaborou exatamente / 5 892 cartões de ponto; efetivou 6 500 anotações em fichas funcionais, etc..

*

Coube a Secção de Orçamento e Controle de Pagamento, em 1 965, relativamente ao pagamento dos servidores, a feitura dos cálculos competentes, averbações em fôlhas, preparação de cheques e avisos de depósitos (9 636), Relações de Consignações (2 200), Fichas de Imposto de Renda (1034), Boletins de Alteração (4 800), etc.

Também estiveram sob sua alçada a elaboração / do expediente relativo ao pagamento das contas de serviços de terceiros; o pagamento das aquisições de material efetuados pela Comissão de Compras; organizar a prestação de contas de TRT à Presidência, trimestralmente; atuar e instruir processos atinentes a assuntos econômico-financeiros do TRT, emitindo parecer conclusivo ou propondo as diligências consideradas cabíveis.

Igualmente passou a ter como atribuição sua, o processamento de aposentadoria dos magistrados e funcionários, além do pagamento de seus correspondentes proventos.

*

Identificando-se com as demais Secções e Serviços desta Justiça, quanto ao apreciável índice de produtividade a Comissão de Compras, no correr de 1 965, protocolou cerca de 1 237 documentos; processou e concluiu 6 concorrências administrativas, após proceder à seleção de firmas pela espécie do material a adquirir; realizou 38 compras diretas de processamento rápido; processou e concluiu 105 coletas de Preços; efetivou 158 Autorizações de Compras, cada uma das quais precedida de cálculo estimativo da importância a dispendir; organizou fichários especiais tanto de fornecedores quanto do material ad-

adquirido; expediu quase 150 officios, etc..

*

Dos mais intensos o movimento registrado na Seção do Material. Assim é que 1 231 requisições de material foram recebidas e atendidas; 434 officios expedidos; 1 466 blocos além de mais de 2.200.000 impressos foram elaborados na Sala de Impressão do próprio Tribunal.

Além destes, muitos outros dados constantes do anexo correspondente, atestam de modo irretorquível o elevado empenho da Seção do Material.

JUDICIÁRIO

Comparativamente ao ano de 1 964, o Serviço Judiciário da 2ª Região apresentou substancial aumento em seus trabalhos.

Em verdade, o Serviço Judiciário extraiu em 1 965, 8 485 Certidões; lavrou um total equivalente a 5 027 Acórdãos, tendo publicado 5 107 outros.

Em emolumentos de Certidões, Emolumentos de Traslados e Custas Processuais foram contados, respectivamente \$ 863.395, \$ 298.558 e \$ 1.753.223, números estes que contrastam brutalmente com aqueles obtidos no exercício anterior já referido.

Nem poderia ser outro o desfêcho, tendo-se em vista o maior número de processos recebidos, quer nas Juntas quer no E. Tribunal, em grau de recurso.

DISTRIBUIÇÃO

Os Serviços de Distribuição existentes nesta Justiça localizam-se em 3 importantes cidades: São Paulo, Santos e Curitiba. Todas obviamente, possuem uma pluralidade de Juntas. Não obstante a subordinação desses órgãos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - art. 715 da C.L.T.- tanto a Distribuição de Santos como aquela de Curitiba, pelo afastamento da sede, são supervisionadas por um dos Juizes Presidentes de Juntas, da comarca.

Na prática, a providência continua sistematicamente produzindo os mais auspiciosos resultados, assegurando / ordem e equilíbrio na divisão dos trabalhos.

Na cidade de São Paulo, coube a Distribuição atender a 53 506 reclamações de 80 769 reclamantes. Não se constituindo em exceção à regra, também nesse ponto registrou-se / um acréscimo numérico comparativamente ao ano que passou ... (48 902 reclamações para 66 311 reclamantes).

O mesmo verificou-se no que tange a distribuição de Cartas Precatórias. Estas, em 1 964, atingiram a um total de 2 463 elevando-se neste ano para 2 640.

*

Também em Santos foi batido o recorde de processos recebidos e distribuídos em 1 965: 4 427 processos para 7 930 reclamantes.

Com apóio na lei 4 777/65 - que determinou a competência das Juntas de Santos para dirimir as questões trabalhistas originárias de São Vicente - os dois cartórios desta cidade passaram, desde outubro, a encaminhar à Distribuição de Santos todos os processos que lá estavam em andamento.

*

O volume de processos distribuídos em Curitiba superou em 1 965 o total daqueles distribuídos no exercício / precedente. Enquanto em 1 964 foram distribuídos 3 289 processos, no ano em curso os números alcançaram 3 691.

CONTADORIA

3 757 foram os processos recebidos pela Contadoria Geral da Justiça do Trabalho no ano a que se refere o presente Relatório.

Em condenações constituídas pelo principal e por juros de mora a Contadoria calculou a soma de R\$ R\$1.015.075.921. E para as Custas arrecadadas em estampilhas federais as cifras alcançaram R\$ 19.804.107, importando as duas parcelas num todo equivalente a R\$ 1.034.880.028.

COMUNICAÇÕES

Espelhando o que tem sido uma constante em to-

em todos os setores da Justiça do Trabalho, o Serviço de Comunicações, em 1965, superou todos os números que alcançara em exercícios precedentes.

Protocolou praticamente 17 mil recorrentes contra menos de 15 mil no ano passado. De outra parte, nada menos de 7 833 processos foram recebidos, 5 986 entraram em pauta e 5 845 foram solucionados.

OFICIAIS DE JUSTIÇA

Em 1965 a Sala dos Oficiais de Justiça reafirmou o pleno sucesso alcançado nos últimos anos, Alterando fundamentalmente seus sistema de trabalho, antes determinado pelo disposto no artigo 721 da C.L.T.- um Oficial de Justiça para cada Junta - a Sala dos Oficiais de Justiça passou a executar/sua tarefa através do fracionamento da jurisdição da capital/em 21 zonas de trabalho.

O plano de racionalização dos serviços nessa / esfera foi complementado com igual êxito pela utilização de Certidões e Autos impressos. A padronização veio facilitar / substancialmente o desempenho das funções dos Oficiais de Justiça além de proporcionar maior eficiência ao trabalho.

Cumpra salientar que dos 39 359 mandados e notificações nenhum deixou de ser cumprido, muito embora esse total superasse em quase 6 000 o movimento verificado em 1964.

HOMOLOGAÇÕES

65 337 rescisões de contrato de trabalho foram homologadas em 1965, registrando-se portanto um expressivo aumento relativamente ao exercício de 1964 (11 596), quando foram homologadas 53 741 rescisões.

Não obstante o acréscimo percentual de aproximadamente 20% em seu movimento global, a Sala de Homologações, graças à experiência obtida nos exercícios passados, reuniu as condições imprescindíveis ao perfeito atendimento das partes, sem ter sofrido jamais qualquer solução de continuidade em seus serviços.

De outra parte, o crescente número de homologações, fez-se acompanhar, até com certa desproporção, dos cor -

correspondentes pagamentos, os quais se elevaram além do dobro : de R\$ 15.931.527.943 em 1964, atingiu em 1965 a soma de R\$ R\$ 32.453.202.665.

JUNTAS

Como foi dito anteriormente, a Justiça do Trabalho da 2ª Região compõe-se presentemente de 49 Juntas de Conciliação e Julgamento, 23 das quais localizam-se nesta Capital e as 26 restantes no interior de São Paulo e nos Estados de Mato Grosso e Paraná.

Vem respondendo pelo acentuado volume de reivindicações apresentado nesta Justiça, entre tantos, os seguintes fundamentais fatores:

- a) A verdadeira explosão industrial que ocorre não apenas na cidade de São Paulo mais progressivamente por inúmeros pontos do interior paulista;
- b) a consequente e ciclópica proliferação das áreas comerciais;
- c) as relações de trabalho do homem do campo que, em razão do Estatuto do Trabalhador Rural, hoje são de competência da justiça trabalhista.

Entre pendentes e recebidas em 1965 foi de ... 105 376 o número de processos.

Pelas Juntas de Conciliação e Julgamento da capital foram recebidas 53. 535 reclamações que, somadas as 15284 pendentes do ano anterior, perfizeram 68 819, das quais 52 047, para 71 707 reclamantes, foram apreciadas no curso do ano.

De outra parte, a cada uma das Juntas foram distribuídos mais de 2 300 processos.

*

Nas Juntas de Conciliação e Julgamento do interior foram recebidos 31 080 processos que somados aos 5 477 vindos de 1964 completaram 36 577, dos quais 30 566 processos para 47 197 reclamantes, foram julgados.

Várias foram as Juntas situadas fora da sede / que protocolaram mais de 2 000 processos, muito embora algumas apresentassem número inferior a 600.

*

O movimento geral de Custas Impostas, Arrecadadas, Dispensadas e Emolumentos de Traslados e Certidões atingiu, respectivamente, \$ 464.137.087, \$ 207.749.880, \$ 229.157.919 e \$ 1.498.068 - o que representa mais ou menos o dôbro do obtido em 1964.

JUIZES

Aos juizes de Direito das comarcas onde inexistem Juntas de Conciliação e Julgamento cumpre apreciar os feitos de natureza trabalhista, segundo estatui o artigo 668 da Consolidação das Leis do Trabalho.

De justiça, portanto, que se ressaltem os relevantes serviços prestados pela magistratura comum, especialmente nos últimos anos, mercê da multiplicação incessante das relações empregatícias.

É manifesto, porém, que a Justiça Comum tem sob sua competência um largo campo de atribuições. Daí constatar-se, até com alguma frequência, embora sem qualquer parcela de responsabilidade dos srs. Juizes de Direito, o retardamento no exame dos litígios trabalhistas que lhe são afetos.

Em razão do exposto, lícito é concluir-se que a criação de Juntas, pelos menos nas zonas urbanas de maior desenvolvimento industrial, agrícola ou comercial, traz, entre tantos, os indiscutíveis benefícios do desafogamento processual além do atendimento mais rápido das partes.

*

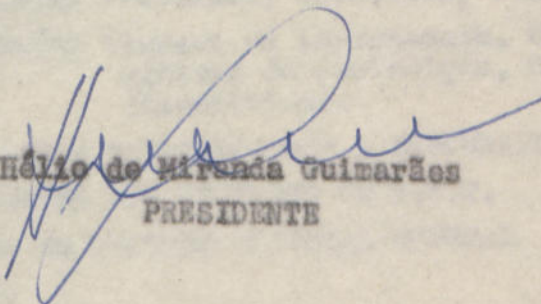
Ao encerrar o presente Relatório desejo expressar-lhe, Senhor Ministro Presidente, a mais profunda gratidão / da Justiça do Trabalho da 2ª Região, pela maneira atenciosa com que sempre foi distinguida e pela inestimável consideração que invariavelmente lhe foi dispensada por V. Excia..

Esta Presidência, por seu turno, procurou por todos os meios ao seu alcance corresponder às exigências inerentes ao cargo. Em nenhum momento perdeu de vista a equidistância que inexoravelmente deve ser mantida em relação aos interesses conflitantes.

Sob essa diretriz a nortear suas decisões, esta Presidência buscou infatigavelmente as fórmulas que efetivamente contivessem a salvaguarda dos direitos e o fiel cumprimento/

cumprimento dos deveres - meta suprema da Justiça.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a V. Excia.
meus protestos do mais elevado apreço e considerações.



Hêlio de Miranda Guimarães
PRESIDENTE

INDICE GERAL DOS ANEXOS

A N E X O

- I - MOVIMENTO GERAL DE PROCESSOS
- II - DISCRIMINAÇÃO DOS TRABALHOS EFETUADOS
- III - MOVIMENTO DAS DECISÕES (Recursos, Dissídios, Homologações).
- IV - MOVIMENTO DAS DECISÕES (Agravo de Instrumento, Conflitos Negativos de Jurisdição, Embargos Declaratórios).
- V - PROCESSOS POR JULGAR E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA
- VI - MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO T.R.T.
- VII - PROCESSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
- VIII - SERVIÇO JUDICIÁRIO
 - SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES
 - SALA DO SECRETÁRIO DO TRIBUNAL
 - SALA DO SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA
 - BIBLIOTECA
- IX - SERVIÇO ADMINISTRATIVO -
 - a) Comissão de Compras
 - b) Orçamento e Contrôlo de Pagamento
 - c) Pessoal
 - d) Material
- X - SALA DE HOMOLOGAÇÕES
- XI - SALA DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
- XII - CONTADORIA
- XIII - PROCESSOS DISTRIBUIDOS
- XIV - PROCESSOS DISTRIBUIDOS NO PERIODO DE 1941 A 1965
- XV - DISTRIBUIÇÃO NA CIDADE DE SANTOS
- XVI - DISTRIBUIÇÃO NA CIDADE DE CURITIBA
- XVII - SITUAÇÃO PROCESSUAL
- XVIII - MOVIMENTO DAS JUNTAS
- XIX - MOVIMENTO DE RECLAMAÇÕES (Conciliadas, Proced., Improced.)
- XX - MOVIMENTO DE RECLAMAÇÕES (Não conhecidas, Arquivadas, Desistências, Incomp. da Junta e Homologação Dem.)
- XXI - MOVIMENTO DE RECLAMAÇÕES E RECURSOS (Inquéritos Judiciais e Recursos).
- XXII - MOVIMENTO DE CUSTAS.

= MOVIMENTO GERAL DOS PROCESSOS EM 1 965 =

- Anexo I -

E S P É C I E S	POR APRECIAR	ENTRADOS	TOTAL	ARQUIVADOS	TOTAL	APRECIADOS	POR APRECIAR
	EM 31/12/64	EM 1 965		POR DESPACHO		EM 1965	EM 31/12/65
Recursos ordinários.....	3.446	6.533	9.979	68	9.911	4.544	5.367
Dissídios coletivos	44	160	204	20	184	133	51
Revisões de dissídios coletivos	-	1	1	-	1	1	-
Homologações de acordos	16	167	183	1	182	162	20
Agravos de instrumento	91	166	257	1	256	145	111
Mandados de segurança	16	41	57	6	51	36	15
Conflitos negativos de jurisdição	10	11	21	-	21	10	11
Exceções de incompetência	1	-	1	-	1	-	1
Suspeições.....	-	3	3	-	3	1	2
Recursos de agravos de petição	-	15	15	-	15	1	14
Ações rescisórias	6	9	15	-	15	7	8
Impugnações de vogal	4	11	15	-	15	8	7
Recursos ex-offício	-	20	20	-	20	-	20
Agravos de petição (Justiça gratuita)	2	4	6	-	6	2	4
Assuntos administrativos	11	-	11	6	5	1	4
Pedidos de correição	15	79	94	1	93	76	17
Agravos de petição	10	593	603	3	600	586	14
Agravos de instrumento em agravos de petição	-	20	20	-	20	20	-
SUB - TOTAL	-	-	-	-	-	5.733	-
Embargos declaratórios e processos julgados novamente...	-	-	-	-	-	112	-
T O T A L	3.672 3673	7.833	11.505	106	11.399	5.845	5.666 5667

ESPÉCIES E DECISÕES		TOTAL	
a) RESUMOS	1. Audiências do Presidente	144	
	2. Sessões realizadas	100	
	3. Processos recebidos	7.833	
	4. Entrados em pauta	5.986	
	5. Nº de recorrentes protocolados	16.923	
	6. Desistências	56	
	7. Convertidos em diligência	73	
	8. Adiantamentos	76	
	9. Nº de papéis protocolados	14.757	
	10. Processos solucionados	5.845	
b) RECURSOS ORDINÁRIOS	1. Não providos	2.502	
	2. Providos	694	
	3. Providos em parte	577	
	4. Não conhecidos	164	
	5. Anulados	23	
	6. Diligências	9	
	7. Desistências	39	
	8. Processos com dois recursos	604	4.612
c) DISSÍDIOS COLETIVOS	1. Homologados	49	
	2. Procedentes	77	
	3. Procedentes em parte	1	
	4. Improcedentes	8	
	5. Não conhecidos	6	
	6. Diligências	1	142
d) HOMOLOGAÇÕES DE ACORDOS	1. Homologadas	163	
	2. Não homologadas	2	165
e) REVISÕES DE DISSÍDIOS	1. Improcedentes	1	1
f) AGRAVOS DE INSTRUMENTO	1. Providos	61	
	2. Não providos	46	
	3. Não conhecidos	37	
	4. Desistências	4	148
g) CONFLITOS NEGATIVOS DE JURISDIÇÃO	1. Procedentes	9	
	2. Não conhecidos	3	12
h) MANDADOS DE SEGURANÇA	1. Procedentes	14	
	2. Improcedentes	8	
	3. Não conhecidos	16	
	4. Desistências	2	40
i) AÇÕES RESCISÓRIAS	1. Não conhecidos	10	10
j) OUTROS JULGAMENTOS	1. Exceções de suspeição	1	
	2. Recursos de agravos de petição	2	
	3. Agravos de petição (Justiça gratuita)	2	
	4. Assuntos administrativos	1	
	5. Impugnações de vogal	8	
	6. Agravos de petição	586	
	7. Agravos de instrumento em agravos de petição	20	
	8. Pedidos de correição	76	
	9. Embargos em recursos	15	
	10. Embargos em dissídios	4	715
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS EM 1965			5.845

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
I - RECURSOS					
a) Providos.....	375	304	-	-	
Providos julgados novamente	6	9	-	694	
b) Providos em parte	491	74	-	-	
Providos em parte julgados novamente..	11	1	-	577	
c) Não providos	1.841	621	-	-	
Não providos julgados novamente	32	8	-	2.502	
d) Não conhecidos	126	37	-	-	
Não conhecidos julgados novamente	-	1	-	164	
e) Anulados	-	-	23	23	
f) Desistências.....	-	-	39	39	
g) Diligências	-	-	9	9	
TOTAIS	2.882	1.055	71	-	4.008
h) Processos com dois recursos:					
1. Providos	61	134	-	-	
2. Providos em parte	112	100	-	-	
3. Não providos	401	351	-	-	
4. Não conhecidos	24	15	-	-	
5. Desistências	6	4	-	-	
TOTAL	604	604	-	-	604
TOTAL GERAL					4.612
II - DISSÍDIOS COLETIVOS					
a) Homologados	-	47	-	-	
Homologados julgados novamente	-	2	-	49	
b) Procedentes	-	73	-	-	
Procedentes julgados novamente	-	4	-	77	
c) Improcedentes	-	5	-	-	
Improcedentes julgados novamente	-	3	-	8	
d) Não conhecidos	-	6	-	6	
e) Procedentes em parte	-	1	-	1	
f) Diligência	-	-	1	1	
TOTAL	-	141	1	-	142
III - REVISÃO DE DISSÍDIO					
a) Improcedente	-	1	-	-	
TOTAL	-	1	-	-	1
IV - HOMOLOGAÇÕES DE ACORDOS					
a) Homologadas	-	160	-	-	
Homologadas julgadas novamente.....	-	3	-	163	
b) Não homologadas	-	2	-	2	
TOTAL	-	165	-	-	165
V - CONFLITOS NEGATIVOS DE JURISDIÇÃO					
a) Procedentes	-	-	7	-	
Procedentes julgados novamente	-	-	2	9	
b) Não conhecidos	-	-	3	-	
TOTAL	-	-	12	-	12

D E C I S Õ E S	EMPREGADOR	EMPREGADO		SUB-TOTAL	TOTAL
VI - AGRAVOS DE INSTRUMENTO					
a) Providos	46	14	-	-	
Providos julgados novamente	1	-	-	61	
b) Não conhecidos	28	7	-	-	
Não conhecidos julgados novamente	1	1	-	37	
c) Não providos	40	6	-	-	
d) Desistências	-	-	4	-	
TOTAL	116	28	4	-	148
VII - EMBARGOS DECLARATÓRIOS					
a) Providos em recursos	-	5	-	-	
Providos em dissídios	-	1	-	6	
b) Não providos em recursos	1	4	-	-	
Não providos em dissídios	-	1	-	6	
c) Não conhecidos em recursos	3	2	-	-	
Não conhecidos em dissídios	2	-	-	7	
TOTAL	6	13	-	-	19
VIII - OUTROS JULGAMENTOS					
a) Mandados de segurança	-	-	36	-	
Mandados de segurança julgados novamente	-	-	4	-	
b) Exceção de suspeição	-	-	1	-	
c) Recursos de agravos de petição	-	-	1	-	
Rec.de agravos de pet.julgados novamente	-	-	1	-	
d) Assuntos administrativos	-	-	1	-	
e) Ações rescisórias	-	-	7	-	
Ações rescisórias julgados novamente	-	-	3	-	
f) Impugnações de vogal	-	-	8	-	
g) Pedidos de correição	-	-	76	-	
h) Agravos de petição (Justiça Gratuita)..	-	-	2	-	
TOTAL	-	-	140	-	140
IX - AGRAVOS DE PETIÇÃO					
a) Providos	52	32	-	-	
b) Não Providos	369	55	-	-	
c) Providos em parte	17	7	-	-	
d) Não conhecidos	41	9	-	-	
e) Anulados	-	-	4	-	
TOTAL	479	103	4	-	586
X - AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM AGRAVOS DE PETIÇÃO					
a) Não providos	17	-	-	-	
b) Providos	1	-	-	-	
c) Não conhecidos	2	-	-	-	
TOTAL	20	-	-	-	20
TOTAL DOS PROCESSOS JULGADOS EM 1 965					5.845

= PROCESSOS POR JULGAR E MOVIMENTO COM A PROCURADORIA =

- Anexo V -

E S P É C I E S	P R O C U R A D O R I A					C O M O S J U Í Z E S	E M P A U T A	A G U A R D A N D O P A U T A	A D I A D O S	D I L I G Ê N - C I A	A G U A R D A N D O D I S - T R I B U I Ç Ã O	E M I N S - T R U Ç Ã O	A G U A R D A N D O D E S P A C H O	T O T A L
	E M S E U P O D E R E M 30/ 11/65	E N T R E G U E S E M D E Z E M - B R O	T O T A L	D E V O L V I D O S	E M S E U P O D E R E M 31/ 12/65									
Recursos	1.860	547	2.407	595	1.812	1.459	241	264	1	21	1.569	-	-	5.367
Dissídios	1	43	44	44	-	3	2	2	3	-	-	41	-	51
Homologações	2	16	18	16	2	-	-	-	-	1	-	17	-	20
Agravos de instrumento...	34	17	51	5	46	14	5	5	-	-	41	-	-	111
Mandados de segurança....	-	-	-	-	-	11	1	1	-	1	1	-	-	15
Conflitos	-	2	2	-	2	5	-	2	-	-	2	-	-	11
Impugnações de vogal.....	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	2	-	-	7
Ações rescisórias	3	2	5	2	3	2	-	-	-	1	2	-	-	8
Exceções de incompetência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Rec.agravos de petição...	9	3	12	4	8	-	-	1	-	-	5	-	-	14
Agravos de petição (JG)..	-	3	3	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	4
Exceção: suspeição	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Rec. Ex-offício.....	2	8	10	1	9	8	-	1	-	-	2	-	-	20
Assuntos administrativos.	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Agravos de petição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Pedidos de correição.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	17
T O T A L	1.912	641	2.553	667	1.886	1.512	249	277	4	25	1.624	58	(*) 31	5.666

(*) 24 em diligência

= MOVIMENTO DOS RECURSOS DAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO =

- Anexo VI -

DA 2ª REGIÃO - 1965

E S P É C I E S	RECURSOS DE REVISTA				RECURSOS ORDINÁRIOS				AGRAVOS DE INSTRUMENTO				EMBARGOS DECLARATÓRIOS				
	ENTRA- DOS	N/RECE- BIDOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1965	ENTRA- DOS	N/RECE- BIDOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1965	ENTRA- DOS	N/RECE- BIDOS	RECE- BIDOS	REMETI- DOS EM 1965	P/APRE- CIAR EM 1964	ENTRA- DOS	RECE- BIDOS	APRE- CIA - DOS	P/APRE- CIAR
Recursos ordinários.....	1.892	386	1.506	1.568	-	-	-	-	276	21	255	264	-	11	11	10	1
Dissídios coletivos.....	-	-	-	-	62	-	62	50	-	-	-	-	-	5	5	5	-
Homologações de acôrdo ...	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	-	-	1	-	1	1	-
Agravos de instrumento ...	1	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Agravos de petição	6	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3	-
Ações rescisórias	2	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impugnações de vogal	2	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandados de segurança	14	-	14	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	1.917	393	1.524	1.585	63	-	63	51	277	21	256	264	1	19	20	19	1

= PROCESSOS ENVIADOS AO SUPREMO TRIBUNAL =

- Anexo VII -

FEDERAL - 1.965

ESPÉCIES	RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS				AGRAVOS DE INSTRUMENTO			
	ENTRADOS	N/RECEBIDOS	RECEBIDOS	REMETIDOS	ENTRADOS	N/RECEBIDOS	RECEBIDOS	REMETIDOS
Agravos de petição	124	79	45	51	63	1	62	61
TOTAIS	124	79	45	51	63	1	62	61

= PROCESSOS ENVIADOS À EXECUÇÃO - 1965 =

ESPÉCIES	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DA CAPITAL	JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DO INTERIOR	JUIZOS	TOTAIS
Recursos ordinários	2.493	1.537	658	4.688
Agravos de instrumentos	81	63	22	166
Agravos de petição	482	266	28	776
Agr. instrumento em recurso (TST)....	295	54	13	362
Agr. instrumento em agr.petição (STF)	39	8	6	53
Cartas de sentença	186	55	17	258
Conflitos negativos de jurisdição ...	9	2	1	12
Agr.de instrumento em agr. petição...	27	3	5	35
Agravos de instrumento (STF)	35	20	9	64
Agravos de Petição(Justiça gratuita).	-	1	-	1
Recursos de agravos de petição.....	-	-	1	1
Suspeição	-	-	1	1
Ações rescisórias	2	-	-	2
TOTAIS	3.649	2.009	761	6.419

= SERVICO JUDICIÁRIO =

Ofícios expedidos	9.245	9307
Acórdãos publicados	5.107	
Acórdãos lavrados	5.027	
Certidões extraídas	8.485	8668
Traslados extraídos	278	258
Cartas de sentença extraídas	427	427
Emolumentos de certidões	863.395	5.124.217
Emolumentos de traslados e cartas... ②	298.558	757.109
Custas processuais	1.753.223	R 206.617

= SERVICO DE COMUNICAÇÕES =

- Anexo VIII -

Papéis protocolados	14.757	15.895
Listas de correspondência	245	241
Listas de remessa de processos	55	42
Ofícios expedidos	110	285
Telegramas expedidos	6	5
Processos recebidos do T.S.T. e S.T.F.	2.134	2.719
Processos remetidos ao Arquivo Geral..	281	323
Número de recorrentes protocolados ...	16.923	17.924

custas processuais e Cui do TAT enviados ao Distrito.

373

= BIBLIOTECA =

Consultas	1.400
Empréstimos	98
Ofícios enviados	945
Ofícios recebidos	204
Telegramas enviados	117
Telegramas recebidos	10
Cartões enviados	428
Cartões recebidos	37
Remessas - intercâmbio	159
Recebimentos - intercâmbio	504

= SALA DO SECRETÁRIO DA PRESIDÊNCIA =

Ofícios enviados	170	143
Ofícios recebidos	257	205
Telegramas enviados	575	1386
Telegramas recebidos	88	57

Agras. Petição
passadas letivas (for. em. l. 100)

586
119

= SALA DO SECRETÁRIO DO TRIBUNAL =

Ofícios enviados	2.445	2068
Telegramas expedidos	254	136
Pautas de julgamento	51	50
Atas	148	141
Certidões de julgamento	5.163	5793
Papeletas de julgamento	5.163	5793
Ediais de acórdãos	287	362

Acórdãos publicados

1232

= SECCÃO DO PESSOAL =

E S P É C I E S	QUANTIDADE
Ofícios recebidos	2.484
Telegramas recebidos	70
Requerimentos recebidos	390
Ofícios expedidos	1.015
Telegramas expedidos	55
Certidões expedidas	43
Carteiras funcionais expedidas	95
Expedições manuais	30
Ordens de serviços	41
Circulares	7
Informações sobre processos	230
Contagens de tempo	176
Atos	196
Portarias	824
Designações de Juizes	546
Expedientes de promoções	1
Cadastros (fôlhas)	840
Salários-família concedidos por despacho	98
Apostilas em títulos	305
Cartões de ponto	5.892
Publicações de expedientes	238
Registros de atos	125
Anotações em fichas funcionais	6.500
Térmos de posse	60
Térmos de posse e exercício	23
Térmos de exercício	26
Processos devolvidos com informações	191

= COMISSÃO DE COMPRAS =

E S P É C I E S	QUANTIDADE
Protocolos	1.237
Inscrição de fornecedores	40
Autorizações de compras (AC)	158
Autorizações de material (AM)	131
Coletas de preços	105
Concorrências administrativas	6
Compras diretas	38
Consultas	7
Remessas de faturas	359
Ofícios expedidos	137
Pedidos (Ordens de serviços)	291
Requisições de material recebidas	218
Pedidos de consertos recebidos	16
Ofícios recebidos	49
Pedidos de aquisições de material p/desp.míudaa	77
Autorizações de despesas míudaa	96

= SECCÃO DE ORÇAMENTO E CONTRÓLE DE PAGAMENTO =

E S P É C I E S	QUANTIDADE
Ofícios expedidos	911
Requisições de passagens	15
Telegramas expedidos	19
Informações	76
Mensagens	10
Circulares	4
Empenhos	44
Portarias	4
Guias de recolhimento	7
Fichas financeiras	4
Remessas	22
Processos	71
Fôlhas de substituições	20
Fôlhas de diárias	17
Fôlhas de gratificação de representação	6
Fôlhas de serviços extraordinários	2
Cheques de pagamento de vogais	1.680
Avisos de depósitos funcionários	9.636
Relações de pagamento de funcionários	880
Relações de pagamento de vogais	240
Relações de consignações	2.200
Classificações de pagamento	108
Fichas do Banco do Brasil	30
Fichas de Impôsto de renda	1.034
Boletins de alteração	4.800
Contas pagas	762
Empenhos referentes às contas	657
Autorizações de despesas	403
Cheques emitidos contra o Banco do Brasil	699
Escriturações de subconsignações	33

= SECCÃO DO MATERIAL =

E S P É C I E S	QUANTIDADE
Ofícios recebidos	434
Requisições de material recebidas	1.231
Ofícios expedidos	11
Telegramas expedidos	11
Pedidos de despacho à DSA	85
Pedidos de conserto à DSA	16
Pedidos de compras à Comissão de Compras	228
Notas de fornecimento de material expedidas	2.162
Impressos feitos na Sala de Impressão	2.232.850
Blocos feitos na Sala de Impressão	1.466
Ordens de serviço expedidas aos artífices	951

= SALA DOS OFICIAIS DE JUSTICA =

= MOVIMENTO GERAL DO ANO DE 1965 =

M A N D A D O S	RECEBIDOS	CUMPRIDOS
Citações	13.660 ¹⁴²³⁵	13.660
Penhoras	6.991 ⁸⁰⁴⁶	6.991
Remoções	333 ³⁹⁹	333
Reforços de penhora	363 ⁶²⁵	363
Reintegrações	58 ⁴⁴	58
Buscas e apreensões	223 ¹⁹⁶	223
Levantamentos de penhoras	93 ⁶⁹	93
Verificações	27 ³⁷	27
Arestos	3 ⁴	3
²⁶ Sequestros	1 ⁻	1
Arrombamentos	16 ¹²	16
Prisões	7 ¹³	7
Conduções coercitivas	8 ¹³	8
Imissão de posse	1 ¹	1
¹⁶ Averbações de penhoras	2 ⁸	2
Penhoras no resto dos autos	1 ⁻	1
Notificações de audiências	(*) 10.725 ¹⁴⁰⁶⁴	10.725
Notificações de despachos	2.585 ³⁶⁵⁶	2.585
Notificações de decisões	1.646 ²⁰⁹⁹	1.646
Notificações de custas	7 ¹⁵	7
Notificações de recursos	4 ¹³	4
Cartas precatórias - audiência	1.871 ²³³⁶	1.871
Cartas precatórias - decisão	290 ³³¹	290
Cartas precatórias - executória	416 ³²⁹	416
Cartas precatórias - despacho	27 ¹⁰⁰	27
T O T A I S	39.358 ⁴²¹⁹⁹ 40	39.358

(*) 1.326 ⁸⁶⁷ notificações expedidas pelo Sr. Secretário do TRT
300 diligências realizadas com auxílio de força policial.

= MOVIMENTO DA CONTADORIA EM 1 965 =

- Anexo XII -

XIII

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE PROCESSOS	VALOR EM Cr\$ SUB-TOTAL	VALOR EM Cr\$ TOTAL
Processos recebidos	^{4.297} 3.757	--	--
Processos devolvidos às Juntas de origem...	^{4.252} 3.658	--	--

<u>Condenação</u>			
Principal	--	^{3.467.482.501} 943.661.053	--
Juros de móra	--	^{179.701.869} <u>71.414.868</u>	^{3.647.189.372} 1.015.075.921
<u>Em selos federais</u>			
Custas processuais.....	--	^{47.377.101} 19.176.527	--
Custas de liquidação.....	--	^{2.550.516} <u>627.580</u>	^{49.767.642} 19.804.107
TOTAL GERAL			^{3.674.927.019} Cr\$ 1.034.880.028

=QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUIDOS =

= AS JUNTAS NO ANO DE 1965 =

- Anexo XI

J U N T A S	CARTAS PRECATÓRIAS		DO PÚBLICO				TOTAL DAS JUNTAS	
	PROC.	RECL.	ESCRITAS		VERBAIS		PROCESSOS	RECLAMANTES
			PROC.	RECL.	PROC.	RECL.		
1ª.	115	610	1.250	1.442	965	1.093	2.330	3.145
2ª.	115	249	1.256	1.761	965	1.097	2.327	3.107
3ª.	115	415	1.243	1.959	971	1.095	2.329	3.469
4ª.	115	283	1.234	5.475	980	1.142	2.329	6.900
5ª.	115	338	1.217	1.381	996	1.145	2.328	2.864
6ª.	115	276	1.227	2.157	985	1.102	2.327	3.535
7ª.	115	458	1.232	1.533	982	1.093	2.329	3.084
8ª.	115	349	1.221	1.580	992	1.086	2.328	3.015
9ª.	115	199	1.234	1.610	979	1.096	2.328	2.905
10ª.	115	231	1.229	1.985	984	1.112	2.328	3.328
11ª.	115	468	1.227	1.737	987	1.061	2.329	3.266
12ª.	115	245	1.226	1.604	986	1.076	2.327	2.925
13ª.	115	202	1.226	3.788	986	1.115	2.327	5.105
14ª.	115	181	1.214	1.797	997	1.123	2.326	3.101
15ª.	115	176	1.219	1.957	992	1.075	2.326	3.208
16ª.	114	357	1.221	1.597	989	1.089	2.324	3.043
17ª.	114	534	1.226	2.196	984	1.015	2.324	3.845
18ª.	114	209	1.227	1.674	984	1.053	2.325	2.936
19ª.	114	233	1.226	1.783	984	1.095	2.324	3.111
20ª.	117	277	1.238	1.948	969	1.100	2.324	3.325
21ª.	114	550	1.252	2.056	957	1.147	2.323	3.753
22ª.	114	351	1.241	1.843	968	1.145	2.323	3.339
23ª.	114	333	1.236	3.050	971	1.077	2.321	4.460
TOTAIS	2.640	7.524	28.322	47.913	22.544	25.332	53.506	80.769

= QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS =

= E DISTRIBUIDOS NO PERIODO DE 1941 a 1965 =

- Anexo XIV -

= MESES =	= A N O S =																								
	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Janeiro...	--	323	185	469	925	740	1246	804	800	1092	805	1160	1605	1680	2169	2112	2880	2698	2387	2403	2950	3542	4965	4333	4236
Fevereiro.	--	154	365	350	506	806	869	738	785	891	794	1108	1362	1711	2091	2131	2718	2237	2631	2568	2618	3405	4100	3553	4540
Março.....	--	275	483	581	755	753	768	773	1059	1120	984	1372	1695	1854	2438	2171	2618	2702	2734	3090	3066	3452	4962	3925	4709
Abril.....	--	353	439	458	536	738	817	764	730	859	1049	1151	1449	1543	1993	2181	2766	2121	2740	2289	2777	3180	4642	4144	4547
Maió.....	--	261	344	420	785	682	945	693	862	1108	1040	1316	1593	1552	2098	1934	2489	2178	2460	3225	3618	3225	3618	4820	4897
Junho.....	--	172	346	508	978	565	761	720	801	817	983	1219	1666	1544	2044	1835	2287	2000	2488	2367	2948	3098	4104	4086	4675
Julho (*)	405	428	243	466	762	602	872	732	846	860	1904	1420	1829	1727	1984	1916	2715	2144	2733	2297	3102	4303	4869	4319	4328
Agosto....	728	602	356	590	627	676	784	592	923	738	1227	1229	1579	1877	2075	2168	2564	2007	2338	2438	2942	3883	4745	4291	4468
Setembro..	953	409	361	624	560	652	681	562	880	774	936	1392	1535	1891	1973	2195	2247	2034	2400	2280	3048	3719	4347	4219	4380
Outubro...	1789	503	327	871	632	747	750	751	910	809	1086	1378	1649	1801	1742	2644	2270	1982	2475	2341	3514	4627	4548	4245	4287
Novembro..	729	427	314	512	535	630	564	705	827	773	1051	1250	1580	1902	1899	2196	2151	1945	2237	2095	2853	4113	3815	4062	4334
Dezembro..	641	172	373	578	517	755	579	690	976	723	978	1239	1603	1997	1821	1556	2257	1914	2239	2525	2821	3891	3952	3863	4105
TOTAIS....	5 245	4059	4136	6427	8028	8377	9636	8714	10449	10564	11837	15234	19143	21079	24367	25039	29962	25962	29877	29153	35864	44836	53879	48902	53506

(*) A partir do dia 3, quando começou a funcionar a Justiça de Trabalho.

544.172 - Total das reclamações entradas desde a instalação da "Justiça do Trabalho", até 31 de dezembro de 1965.

= DISTRIBUIÇÃO DE SANTOS =

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS EM 1965 =

XVI
- Anexo XV -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1ª. JUNTA		2ª. JUNTA		TOTAL	
Divisão Regional do Trabalho	27	27	27	27	54	54
Cartas precatórias	82	109	82	135	164	244
Escritas	1.286	3.989	1.278	1.822	2.564	5.811
Verbais	820	908	825	913	1.645	1.821
T O T A I S	2.215	5.033	2.212	2.897	4.427	7.930

= MOVIMENTO ANUAL - 1954 a 1965 =

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTOS	1954(*)		1955		1956		1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		TOTAL	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1ª. Junta	330	603	709	1421	1186	1684	1302	1915	1251	3037	1413	1969	1183	1747	1232	1803	1435	3162	2016	3165	1976	2326	2215	5033	16248	27865
2ª. Junta	453	1161	710	1820	1184	1957	1292	1447	1246	2328	1411	1858	1180	1347	1229	1640	1431	1810	2016	4420	1969	2488	2212	2897	16333	25173
T O T A I S	783	1764	1419	3241	2370	3641	2594	3362	2497	5365	2824	3827	2363	3094	2461	3443	2866	4972	4032	7585	3945	4814	4427	7930	32581	53038

(*) A partir do dia 1º de abril, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

= DISTRIBUIÇÃO DE CURITIBA =

= RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUIDAS EM 1965 =

- Anexo XVI -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1a. JUNTA		2a. JUNTA		T O T A L	
Dissídios Coletivos	06	06	05	05	11	11
Homologações: Art. 500 da CLT e Lei nº 4.066 de 28 de maio de 1962	2.101	2.101	2.159	2.159	4.260	4.260
Cartas Precatórias	41	64	40	79	81	143
Escritas	1.421	1.838	1.413	1.912	2.834	3.750
Verbais	426	462	431	456	857	918
T O T A I S	3.995	4.471	4.048	4.611	8.043	9.082

= MOVIMENTO ANUAL - 1962 a 1965 =

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1962 (*)		1963		1964		1965		T O T A L	
	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.	PRCC.	RTES.	PROC.	RTES.	PROC.	RTES.
1a. Junta	26	26	2.742	3.104	3.473	3.879	3.995	4.471	10.236	11.480
2a. Junta	25	30	2.799	3.452	3.352	3.927	4.048	4.611	10.224	12.020
T O T A I S	51	56	5.541	6.556	6.825	7.806	8.043	9.082	20.460	23.500

(*) A partir do dia 20 de dezembro de 1962, data em que esta Distribuição começou a funcionar.

= JUNTAS =	RECLAMAÇÕES VINDAS DO ANO ANTERIOR		RECLAMAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANO DE 1965		TOTAL A JULGAR		JULGADOS EM 1965		RECLAMAÇÕES PENDENTES PARA 1966	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
1a. Junta	1.011	2.422	2.330	3.173	3.341	5.595	2.321	3.143	1.020	2.452
2a. Junta	349	672	2.339	3.211	2.688	3.883	2.080	3.025	608	858
3a. Junta	272	730	2.329	3.169	2.601	4.199	2.057	2.931	544	1.268
4a. Junta	471	738	2.329	7.032	2.800	7.770	2.303	3.054	497	4.716
5a. Junta	572	1.365	2.328	2.878	2.900	4.243	2.375	3.515	525	728
6a. Junta	1.258 ^{1.149}	3.859	2.333	3.558	3.592 ^{3.592}	7.417	2.278	3.902	1.323 ^{1.323}	3.515
7a. Junta	724 ^{1.212}	1.684	2.305	3.122	3.059 ^{3.059}	4.806	2.124	2.325	905 ^{1.304}	2.481
8a. Junta	727 ⁸²⁸	1.769	2.328	3.004	3.055 ^{3.055}	4.773	2.126	3.040	740 ⁷⁴⁰	1.384
9a. Junta	688	2.688	2.328	2.907	3.016 ^{3.016}	5.595	2.369	2.939	617 ⁶¹⁷	2.656
10a. Junta	798 ⁹⁰⁶	2.327	2.327	3.339	3.339 ^{3.339}	5.666	2.389	3.398	726 ⁷²⁶	2.268
11a. Junta	723 ⁶²³	1.068	2.329	3.264	3.052 ^{3.052}	4.332	2.056	2.724	996 ⁹⁹⁶	1.608
12a. Junta	792	980	2.327	2.775	3.119 ^{3.119}	3.755	2.363	2.770	756 ⁷⁵⁶	985
13a. Junta	305 ⁴¹⁴	611	2.327	5.137	2.441 ^{2.441}	5.748	2.228	3.835	622 ⁶²²	1.913
14a. Junta	947 ^{1.047}	1.950	2.326	3.101	3.033 ^{3.033}	5.051	2.295	2.786	1.083 ^{1.083}	2.265
15a. Junta	285	469	2.325	3.189	2.610 ^{2.610}	3.658	2.322	3.050	288 ²⁸⁸	608
16a. Junta	1.526	1.746	2.331	3.102	3.857 ^{3.857}	4.848	2.060	2.244	1.797 ^{1.797}	2.604
17a. Junta	832	3.125	2.334	3.901	3.166 ^{3.166}	7.026	2.318	3.511	848 ⁸⁴⁸	3.515
18a. Junta	869 ⁸³⁹	2.483	2.325	2.803	3.141 ^{3.141}	5.286	2.410	3.237	744 ⁷⁴⁴	2.049
19a. Junta	769	1.054	2.344	3.132	3.113 ^{3.113}	4.186	2.567	3.331	546 ⁵⁴⁶	855
20a. Junta (**)	339	484	2.324	3.340	2.663 ^{2.663}	3.824	2.238	2.873	425 ⁴²⁵	951
21a. Junta (*)	257	469	2.323	3.795	2.580 ^{2.580}	4.224	2.171	3.344	409 ⁴⁰⁹	880
22a. Junta (*)	361	483	2.323	3.436	2.704 ^{2.704}	3.919	2.145	3.174	559 ⁵⁵⁹	745
23a. Junta (**)	391	1.239	2.321	4.573	2.712 ^{2.712}	5.812	2.152	3.556	560 ⁵⁶⁰	2.256
SUB-TOTAL (total da sede).....	15.284 ^{16.014}	34.415	53.535	81.201	68.819 ^{69.609}	115.616	52.047	71.707	16.657 ^{17.582}	43.560
Americana	43	159	1.329	2.200	1.372 ^{1.372}	2.359	1.277	2.020	95 ⁹⁵	339
Araraquara	57	450	375	1.083	652 ⁶⁵²	1.533	589	1.391	63 ⁶³	142
Barretos	23	619	485	1.867	478 ⁴⁷⁸	2.486	462	1.575	16 ¹⁶	911
Bauru	45	121	816	1.207	861 ⁸⁶¹	1.328	806	1.220	55 ⁵⁵	108
Campinas	432	1.011	1.733	2.753	2.165 ^{2.165}	3.764	1.680	2.790	485 ⁴⁸⁵	974
Guarulhos	160	206	1.096	1.660	1.256 ^{1.256}	1.866	1.100	1.640	156 ¹⁵⁶	226
Jundiaí	366	1.047	1.996	4.462	2.362 ^{2.362}	5.509	2.075	4.787	287 ²⁸⁷	722
Moji das Cruzes	286	351	1.222	2.455	1.508 ^{1.508}	2.806	1.207	1.696	301 ³⁰¹	1.110
Piracicaba	225 ²⁴¹	478	1.092	1.943	1.317 ^{1.317}	2.421	1.183	2.101	134 ¹³⁴	320
Ribeirão Preto	102	179	2.063	2.814	2.165 ^{2.165}	2.993	1.987	2.596	178 ¹⁷⁸	397
Rio Claro	106	1.440	1.448	2.426	1.554 ^{1.554}	3.866	1.465	2.217	89 ⁸⁹	1.649
Santo André	704	4.984	2.000	3.521	2.704 ^{2.704}	8.505	1.995	2.859	709 ⁷⁰⁹	5.646
1a. de Santos	691	1.337	2.215	5.059	2.906 ^{2.906}	6.396	2.179	2.628	727 ⁷²⁷	3.768
2a. de Santos	839	3.019	2.212	2.901	3.051 ^{3.051}	5.920	2.101	2.539	950 ⁹⁵⁰	3.381
São Bernardo do Campo	277	349	1.236	1.979	1.513 ^{1.513}	2.328	1.197	1.766	316 ³¹⁶	562
São Caetano do Sul	311	935	1.063	1.410	1.374 ^{1.374}	2.345	1.119	1.606	255 ²⁵⁵	739
São Carlos	76	692	761	1.177	837 ⁸³⁷	1.869	749	1.728	88 ⁸⁸	141
São José dos Campos	85	479	580	810	665 ⁶⁶⁵	1.289	584	1.172	81 ⁸¹	117
Sorocaba	42	10	988	1.409	1.030 ^{1.030}	1.515	927	1.298	103 ¹⁰³	217
Taubaté	18	102	445	934	463 ⁴⁶³	1.036	420	777	43 ⁴³	259
1a. de Curitiba	342 ³⁴⁴	642	1.910	2.375	2.252 ^{2.252}	3.017	1.816	2.167	426 ⁴²⁶	850
2a. de Curitiba	156	284	1.910	2.388	2.066 ^{2.066}	2.672	1.763	2.174	303 ³⁰³	498
Londrina	70	76	840	1.061	910 ⁹¹⁰	1.137	852	1.070	58 ⁵⁸	67
Ponta Grossa	18	23	486	708	504 ⁵⁰⁴	731	489	715	15 ¹⁵	16
Corumbá	3	3	390	486	393 ³⁹³	489	367	447	26 ²⁶	42
Cuiabá	-	-	199	307	199 ¹⁹⁹	307	177	218	22 ²²	73
SUB-TOTAL (fora da sede).....	5.477 ^{5.512}	19.092	31.080	51.395	36.557 ^{36.592}	70.487	30.586	47.197	5.991 ^{6.026}	23.274
TOTAL GERAL	20.761 ^{21.586}	53.507	84.615	132.596	105.376	186.103	82.613	118.904	22.648 ^{23.588}	66.834

(*) Instaladas em 9 de março de 1964
 (**) Instaladas em 16 de março de 1964

= JUNTAS =	RECLAMAÇÕES ENTRADAS		FEITOS REMETIDOS A		JULGAMENTOS	CONVERTIDOS EM	CONFLITOS DE JURISDIÇÃO	
	EM PAUTA		OUTROS ÓRGÃOS		ADIADOS	DILIGÊNCIA	REMETIDOS	REMETIDOS
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	PROCESSOS	AO T.R.T.	SO S.T.F.
1a. Junta	2.821	3.794	8	12	456	-	4	-
2a. Junta	2.684	4.033	4	4	724	10	-	-
3a. Junta	2.371	3.559	12	12	105	4	-	-
4a. Junta	3.845	9.428	7	7	1.513	7	-	-
5a. Junta	4.122	5.471	10	11	1.633	-	-	-
6a. Junta	3.850	7.305	-	-	1.572	-	-	-
7a. Junta	2.548	3.130	6	6	915	11	-	-
8a. Junta	4.299	6.016	13	19	1.688	20	-	-
9a. Junta	3.810	5.079	9	13	1.327	11	-	-
10a. Junta	4.137	6.294	19	20	1.720	17	-	-
11a. Junta	3.486	4.837	5	6	57	5	-	-
12a. Junta	4.419	5.590	5	5	2.059	11	-	-
13a. Junta	3.705	8.575	10	18	1.466	-	-	-
14a. Junta	4.317	6.860	13	13	2.051	-	-	-
15a. Junta	4.206	6.907	116	166	129	3	-	-
16a. Junta	4.103	5.625	-	-	1.870	16	-	-
17a. Junta	4.434	7.340	120	580	2.070	3	-	-
18a. Junta	3.997	6.241	10	10	1.641	2	-	-
19a. Junta	4.069	6.056	5	5	1.616	-	-	-
20a. Junta (*)	3.330	4.461	14	19	1.211	2	-	-
21a. Junta (**)	3.479	6.330	113	498	-	4	-	-
22a. Junta (**)	3.625	5.668	18	38	1.180	-	-	-
23a. Junta (*)	3.329	7.314	49	52	560	7	-	-
SUB-TOTAL(total da sede)....	84.986	135.913	566	1.544	27.863	133	4	-
Americana	1.531	3.096	-	-	289	-	-	-
Araraquara	957	3.213	-	-	395	3	-	-
Barretos	478	2.486	-	-	317	1	-	-
Bauru	1.071	2.171	1	1	166	-	-	-
Campinas	2.425	4.319	125	351	745	3	-	-
Guarulhos	2.007	2.772	115	213	896	11	-	-
Jundiaí	3.649	10.425	-	-	1.574	-	-	-
Moji das Cruzes	2.204	4.976	-	-	997	1	-	-
Piracicaba	1.578	3.049	-	-	389	-	-	-
Ribeirão Preto	2.836	4.148	35	35	849	-	-	-
Rio Claro	3.187	6.073	2	2	1.722	-	-	-
Santo André	3.000	5.994	34	34	1.005	-	-	-
1a. de Santos	3.227	4.853	12	17	1.002	-	-	-
2a. de Santos	3.478	7.191	40	49	1.377	-	-	-
São Bernardo do Campo	1.950	3.037	101	101	742	1	-	-
São Caetano do Sul	1.345	2.438	2	2	382	10	-	-
São Carlos	1.182	3.655	-	-	453	-	-	-
São José dos Campos	1.239	2.952	26	26	591	-	-	-
Sorocaba	1.912	3.094	2	2	898	87	-	-
Taubaté	598	1.679	-	-	178	3	-	-
1a. de Curitiba	3.297	4.196	4	4	1.481	-	-	-
2a. de Curitiba	3.022	4.051	16	16	1.259	-	-	-
Londrina	1.562	2.153	32	32	710	-	-	-
Ponta Grossa	702	1.016	-	-	213	2	-	-
Corumbá	393	489	-	-	-	-	-	-
Cuiabá	251	351	-	-	98	-	-	-
SUB-TOTAL(total fora da sede)	49.081	93.877	547	885	18.688	122	-	-
TOTAL GERAL	134.067	229.790	1.113	2.399	46.551	255	4	-

(*) Instaladas em 16 de março de 1964
 (**) Instaladas em 9 de março de 1964

JUNTAS	CONCILIADAS			PROCEDENTES			PROCEDENTES EM PARTE			IMPROCEDENTES		
	PROC.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROC.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROC.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROC.	RECL.	VALOR EM CR\$
1a. Junta	573	648	196.596.313	169	200	48.275.524	82	91	15.760.064	134	144	43.644.270
2a. Junta	756	883	174.561.425	128	282	135.123.328	54	115	22.073.142	97	138	22.711.459
3a. Junta	974	1290	362.121.655	241	616	799.318.212	142	244	221.975.026	89	111	23.046.907
4a. Junta	885	980	379.739.155	311	652	174.247.996	87	110	24.581.774	94	160	30.174.557
5a. Junta	842	914	418.296.220	243	313	95.444.835	106	158	36.613.730	108	137	34.052.105
6a. Junta	819	1195	199.203.737	182	267	71.237.518	64	154	46.876.155	138	203	46.614.339
7a. Junta	459	493	73.588.287	233	285	88.916.326	82	87	20.924.584	143	171	45.466.690
8a. Junta	876	981	171.663.341	230	338	93.150.147	136	226	35.521.079	183	235	52.921.312
9a. Junta	837	956	159.265.346	194	240	95.125.965	69	92	10.926.568	136	253	38.064.772
10a. Junta	789	886	277.759.429	257	437	91.402.502	118	353	46.797.786	151	197	47.113.077
11a. Junta	622	686	179.111.682	224	311	66.590.077	155	201	33.417.212	108	158	27.035.119
12a. Junta	794	897	190.308.437	246	329	93.727.634	91	109	24.954.889	152	182	45.495.958
13a. Junta	807	953	280.600.038	271	714	214.127.847	139	303	313.759.391	147	730	102.349.916
14a. Junta	784	932	187.728.882	247	320	81.646.989	114	181	62.354.333	162	218	35.361.764
15a. Junta	845	978	280.919.157	261	453	172.564.236	120	136	56.631.277	142	176	62.113.529
16a. Junta	676	746	112.353.665	249	303	116.744.493	115	121	25.602.115	170	174	47.447.705
17a. Junta	744	874	181.771.913	302	377	58.473.920	140	313	15.792.946	174	315	12.340.614
18a. Junta	754	912	173.899.556	284	405	103.904.175	126	337	38.957.043	195	382	58.916.817
19a. Junta	967	1036	154.924.902	278	443	106.696.421	137	310	34.266.260	124	198	53.048.227
20a. Junta (**).....	863	1056	213.089.520	241	444	182.025.375	73	89	23.486.144	97	155	43.623.305
21a. Junta (*)	794	930	199.623.743	262	707	247.738.634	129	179	65.417.877	158	172	60.066.771
22a. Junta (*)	698	898	172.512.551	214	464	112.257.701	107	201	33.265.950	137	183	66.093.847
23a. Junta (**).....	788	901	335.246.285	238	454	432.616.316	82	562	446.503.860	134	450	47.362.108
SUB-TOTAL(total sede)	17.946	21.025	5.074.885.239	5.505	9.324	3.681.356.171	2.468	4.672	1.656.459.205	3.133	5.242	1.045.065.168
Aracaju	175	260	31.225.007	102	205	28.220.494	782	1.266	200.346.592	18	18	4.896.202
Araraquara	341	454	44.564.211	39	308	15.288.242	40	306	18.454.933	10	90	2.115.310
Barretos	197	1136	42.218.331	13	34	4.105.180	58	195	19.198.736	18	22	10.938.294
Bauru	451	561	56.238.789	89	200	22.844.091	69	244	63.399.615	46	49	24.444.739
Campinas	667	918	116.621.316	135	298	67.489.174	121	507	142.323.598	68	80	27.442.312
Guarulhos	508	700	89.844.288	54	58	15.818.738	117	159	36.910.051	56	62	17.891.450
Jundiaí	1109	1945	725.185.728	259	1057	143.158.658	295	1230	727.340.799	132	160	45.733.153
Moji das Cruzes	577	922	179.012.581	94	110	26.341.113	58	108	14.740.152	54	62	21.603.160
Piracicaba	719	1209	132.896.153	56	187	20.464.816	49	112	9.540.806	62	117	19.198.094
Ribeirão Preto	810	1060	107.387.996	95	128	35.091.557	120	215	49.159.545	92	130	72.145.418
Rio Claro	133	444	37.865.111	74	95	26.202.500	1093	1248	42.633.439	14	219	4.513.087
Santo André	558	682	143.731.249	186	377	195.151.872	129	304	28.534.579	151	196	60.177.547
1a. de Santos	438	550	55.062.191	282	336	110.636.042	92	272	111.329.448	136	163	57.441.643
2a. de Santos	445	611	66.324.232	228	354	99.383.108	61	99	12.124.839	114	136	27.936.285
São Bernardo do Campo	527	730	242.241.831	125	252	44.926.586	79	92	27.429.444	100	126	71.675.992
São Caetano do Sul..	218	273	49.006.961	154	280	43.334.095	87	130	34.773.095	119	182	37.757.381
São Carlos	446	695	72.137.043	64	99	10.848.731	55	679	30.512.521	30	33	6.715.496
São José dos Campos.	219	433	41.562.907	75	309	56.230.664	35	46	13.284.584	47	60	14.762.579
Sorocaba	436	516	74.199.351	75	188	26.001.283	69	120	24.260.575	94	144	48.197.788
Taubaté	126	267	22.565.370	36	188	103.711.838	21	24	3.013.124	27	62	23.590.553
1a. de Curitiba	445	542	62.719.580	147	206	37.244.005	258	357	103.487.362	80	106	33.895.932
2a. de Curitiba	701	780	104.100.885	158	211	59.311.829	224	331	115.417.396	95	144	62.262.521
Londrina	474	593	84.380.720	71	106	33.357.196	92	109	33.481.250	38	41	7.318.291
Ponta Grossa	305	398	42.534.651	20	28	3.988.078	25	35	4.795.013	33	84	44.128.622
Corumbá	64	94	3.812.672	21	32	5.226.439	11	25	2.362.878	9	14	1.772.749
Cuiabá	94	99	9.411.265	29	29	8.442.837	13	29	4.927.883	5	5	1.763.850
SUB-TOTAL(fora da sede)	11.183	16.842	2.638.850.419	2.681	5.675	1.242.779.166	4.053	8.242	1.873.982.257	1.648	2.505	750.318.448
TOTAL GERAL	29.129	37.867	7.713.735.658	8.186	14.999	4.924.135.337	6.521	12.914	3.530.441.462	4.781	7.747	1.795.383.616

(*) Instaladas em 09 de março de 1964
(**) Instaladas em 16 de março de 1964

= MOVIMENTO DAS RECLAMAÇÕES =

- Anexo XX -
- Quadro II -

= JUNTAS =	NÃO CONHECIDAS E CARREADORAS DE ACTO			ARQUIVADAS			RESISTÊNCIAS			INCOMPLETIDÃO DA JUNTA		HONORÁRIO DE DEMISSÃO	
	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROCS.	RECL.	VALOR EM CR\$	PROCS.	RECL.	Art. 500 PROC.	LEI Nº 4.066 PROC.
1a. Junta	-	-	-	625	671	153.981.553	443	572	161.534.703	10	10	139	-
2a. Junta	14	54	4.209.399	470	558	139.674.118	254	443	81.472.859	4	4	131	-
3a. Junta	18	18	14.268.998	449	475	118.362.469	42	42	12.329.268	1	1	117	-
4a. Junta	10	16	6.543.696	483	590	162.214.274	165	192	37.247.015	2	2	123	-
5a. Junta	-	-	-	598	671	79.403.176	219	252	56.545.966	-	-	139	-
6a. Junta	-	-	-	510	667	188.431.681	257	345	88.557.254	8	556	135	-
7a. Junta	-	-	-	501	583	117.768.524	-	-	-	3	3	15	-
8a. Junta	-	-	-	606	764	179.133.978	229	322	72.641.772	-	-	146	-
9a. Junta	20	27	14.346.999	612	729	158.971.872	212	231	50.373.658	-	-	143	-
10a. Junta	-	-	-	813	1.147	229.915.413	-	-	-	2	2	126	-
11a. Junta	-	-	-	460	499	155.350.838	236	258	79.836.222	3	3	122	-
12a. Junta	-	-	-	586	708	162.526.947	194	238	52.447.196	2	2	143	-
13a. Junta	-	-	-	473	581	149.516.145	117	143	23.453.325	4	4	137	-
14a. Junta	19	19	2.277.888	483	530	126.854.871	122	130	29.635.365	-	-	131	-
15a. Junta	31	49	13.958.003	519	734	202.807.083	130	177	41.144.580	-	-	138	-
16a. Junta	22	22	12.388.852	562	594	196.250.122	168	181	35.485.432	-	-	98	-
17a. Junta	-	-	-	631	798	136.837.000	42	44	5.757.730	2	2	140	-
18a. Junta	-	-	-	588	640	209.792.850	154	201	30.677.451	1	1	135	-
19a. Junta	-	-	-	570	685	154.552.658	216	255	49.079.209	3	3	142	-
20a. Junta (*)	12	15	2.459.520	482	548	152.921.209	176	200	188.226.687	-	-	138	-
21a. Junta (*)	-	-	-	375	466	134.314.360	175	216	49.067.393	1	1	134	-
22a. Junta (*)	-	-	-	696	880	192.402.984	-	-	-	2	13	135	-
23a. Junta (*)	1	1	81.250	503	636	164.036.941	191	216	61.473.205	-	-	139	-
SUB-TOTAL (total da sede)	147	221	70.534.605	12.565	15.154	3.666.021.066	3.742	4.658	1.206.986.290	48	607	2.946	-
Americana	-	-	-	168	228	67.611.576	20	25	3.408.105	6	12	5	200
Araraquara	2	2	239.000	86	113	38.093.210	36	66	28.150.360	-	-	20	401
Barretos	-	-	-	14	15	8.992.495	6	8	4.435.276	3	3	26	124
Bauru	-	-	-	75	86	18.507.185	40	45	17.219.063	4	4	25	391
Campinas	-	-	-	389	456	98.256.942	24	25	7.114.132	2	2	141	3.768
Guarulhos	-	-	-	174	218	58.394.820	58	192	19.629.262	-	-	18	3.066
Jundiaí	23	29	33.777.254	180	286	55.265.100	31	33	5.196.919	1	1	26	2.140
Mojí das Cruzes	4	4	3.179.408	312	377	117.127.735	33	34	7.954.213	-	-	16	289
Piracicaba	3	3	532.000	183	272	36.850.173	68	99	18.271.952	7	8	12	232
Ribeirão Preto	3	-	-	259	353	105.468.859	-	-	-	3	4	92	476
Rio Claro	8	12	7.915.174	62	147	17.528.471	-	-	-	1	1	11	44
Santo André	25	27	27.047.670	343	452	148.090.078	140	143	32.764.956	3	3	45	375
1a. de Santos	19	19	6.398.730	346	386	66.818.470	118	139	21.477.575	5	5	36	565
2a. de Santos	-	-	-	419	459	79.497.268	115	120	19.768.733	-	-	59	584
São Bernardo do Campo	7	8	2.510.947	180	287	61.717.238	121	212	163.033.822	2	2	35	8.044
São Caetano do Sul	-	-	-	138	166	34.996.177	61	74	10.362.057	1	1	116	2.742
São Carlos	7	24	1.934.000	96	137	19.647.402	26	29	10.464.445	1	1	44	636
São José dos Campos	12	14	3.991.267	117	203	43.915.994	44	72	15.904.289	1	1	5	392
Sorocaba	-	-	-	123	158	63.480.841	115	157	50.133.053	3	3	5	1.110
Taubaté	-	-	-	15	21	5.483.896	45	52	16.159.704	-	-	127	146
1a. de Curitiba	14	20	10.627.077	549	601	136.536.040	251	261	81.000.557	10	10	48	2.029
2a. de Curitiba	-	-	-	379	474	145.049.443	103	130	33.692.639	16	16	72	2.056
Londrina	16	30	5.830.176	63	83	22.350.113	41	51	9.221.782	2	2	21	562
Ponta Grossa	-	-	-	60	90	32.869.623	26	42	15.837.088	-	-	13	31
Corumbá	2	2	727.300	24	44	2.868.968	4	4	629.000	-	-	7	224
Cuiabá	-	-	-	12	22	4.452.319	15	17	4.511.692	4	11	3	1
SUB-TOTAL (total fora sede)	142	194	104.710.003	4.760	6.134	1.489.870.436	1.541	2.030	596.340.674	75	90	1.028	30.628
TOTAL GERAL	289	415	175.244.608	17.325	21.288	5.155.897.502	5.283	6.688	1.803.326.964	123	697	3.974	30.628

(*) Instaladas em 9 de março de 1964
(**) Instaladas em 16 de março de 1964

JUNTAS	INQUÉRITOS JUDICIAIS								RECURSOS						
	CONCILIADOS		PROCEDENTES		IMPROCEDENTES		ARQUIVADOS		ORDINA- RIOS	REVISTA	AGR. DE INSTRU- MENTO	AGR. DE PETIÇÃO	EMBARGOS JULGADOS		
	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.	PROC.	RECL.					PROVI- DOS	PROVIDOS EM PARTE	NÃO PRO- VIDOS
1a. Junta	1	1	5	5	1	1	-	-	126	52	10	21	2	3	66
2a. Junta	-	-	-	-	2	2	2	2	109	46	11	22	4	-	70
3a. Junta	1	1	1	1	-	-	-	-	312	137	65	21	26	10	169
4a. Junta	-	-	2	2	2	2	1	1	217	111	16	17	16	4	137
5a. Junta	3	3	-	-	1	1	-	-	168	90	41	12	4	5	105
6a. Junta	7	9	-	-	2	2	1	1	127	39	5	16	4	5	81
7a. Junta	2	2	1	1	2	2	2	2	156	117	6	-	7	-	173
8a. Junta	4	4	1	1	1	1	1	1	190	110	24	16	4	3	159
9a. Junta	4	4	1	1	-	-	1	1	168	82	26	17	8	6	100
10a. Junta	-	-	1	1	-	-	-	-	189	74	17	16	12	7	105
11a. Junta	-	-	1	1	2	2	1	1	138	70	13	25	8	5	118
12a. Junta	1	1	2	2	1	1	4	4	167	66	19	20	15	4	99
13a. Junta	1	1	2	2	3	3	2	2	306	92	23	54	9	6	110
14a. Junta	1	1	1	1	2	2	-	-	203	104	31	20	17	5	165
15a. Junta	-	-	2	2	-	-	1	1	202	69	21	23	5	3	107
16a. Junta	-	-	-	-	-	-	-	-	89	94	44	29	19	8	152
17a. Junta	-	-	2	2	3	3	1	1	243	84	11	23	22	12	120
18a. Junta	1	1	3	3	-	-	1	1	170	53	25	24	7	3	123
19a. Junta	2	2	2	2	4	4	3	3	187	94	24	24	5	6	129
20a. Junta (**)	5	5	-	-	-	-	3	3	131	74	28	6	-	1	96
21a. Junta (*)	-	-	1	1	2	2	2	2	253	80	19	7	3	3	93
22a. Junta (*)	-	-	-	-	1	1	2	2	166	38	25	12	3	6	52
23a. Junta (**)	2	2	1	1	-	-	2	2	178	72	18	16	12	-	109
SUB-TOTAL (total da sede).....	35	37	29	29	29	29	30	30	4.195	1.848	522	441	212	105	2.638
Americana	-	-	-	-	-	-	1	1	43	7	6	-	2	1	10
Araraquara	1	1	-	-	1	1	-	-	44	2	1	2	1	-	12
Barréto	-	-	2	2	1	1	-	-	90	17	5	9	2	2	16
Bauru	-	-	3	3	3	3	-	-	49	25	15	4	-	-	44
Campinas	2	2	4	4	1	1	1	1	126	34	7	13	4	-	44
Guarulhos	-	-	-	-	-	-	-	-	89	40	11	2	2	7	61
Jundiaí	3	3	4	4	9	9	3	3	339	47	23	16	7	4	82
Moji das Cruzes	-	-	-	-	-	-	-	-	43	20	3	1	-	2	38
Piracicaba	-	-	1	1	-	-	3	4	56	13	3	1	3	2	21
Ribeirão Preto	3	4	2	2	-	-	-	-	148	20	12	21	8	4	37
Rio Claro	2	2	2	2	1	1	-	-	144	3	3	1	-	2	11
Santo André	5	5	-	-	-	-	-	-	114	53	5	8	8	5	64
1a. de Santos	3	3	4	4	3	3	2	2	116	55	31	24	9	-	105
2a. de Santos	1	1	3	3	1	1	-	-	90	53	11	12	7	3	72
São Bernardo do Campo	1	1	-	-	-	-	-	-	96	42	2	6	-	2	58
São Caetano do Sul	1	1	-	-	-	-	-	-	120	64	9	7	2	4	91
São Carlos	-	-	-	-	1	1	-	-	74	28	1	2	1	-	37
São José dos Campos	-	-	1	1	2	2	-	-	41	45	20	8	7	-	57
Sorocaba	1	1	2	2	2	2	-	-	74	30	6	5	-	3	36
Taubaté	-	-	-	-	2	2	-	-	21	13	5	2	-	-	21
1a. de Curitiba	1	1	1	1	2	2	-	-	208	17	10	17	1	-	38
2a. de Curitiba	5	5	2	2	-	-	1	1	205	27	4	5	4	10	41
Londrina	-	-	-	-	-	-	-	-	117	5	9	4	1	1	9
Ponta Grossa	2	2	-	-	-	-	1	1	33	2	-	-	2	-	8
Corumbá	1	1	-	-	-	-	-	-	26	-	-	3	-	-	3
Cuiabá	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	1	1	-	1	-
SUB-TOTAL (total fora da sede).	32	33	31	31	29	29	12	13	2.525	662	203	174	71	53	1.018
TOTAL GERAL	67	70	60	60	58	58	42	43	6.720	2.510	725	615	283	158	3.656

(*) Instaladas em 9 de março de 1964

(**) Instaladas em 16 de março de 1964

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	CONTADAS	ARRECADADAS	DISPENSADAS	EMOLUMENTOS DE TRasl. E CERTIDÕES
1a. Junta	CR\$ 13.679.228	CR\$ 4.278.637	CR\$ 9.383.329	CR\$ 35.962
2a. Junta	11.793.044	5.151.547	5.290.315	45.357
3a. Junta	31.496.098	8.880.675	8.909.667	60.512
4a. Junta	17.268.217	8.541.989	8.077.672	49.038
5a. Junta	8.971.088	7.046.688	6.463.208	111.607
6a. Junta	13.866.187	4.025.305	7.950.491	74.220
7a. Junta	7.612.565	1.849.644	6.761.585	61.991
8a. Junta	6.060.769	3.937.967	7.399.676	54.388
9a. Junta	3.908.960	2.507.436	7.220.501	15.640
10a. Junta	13.103.937	3.566.631	6.426.781	22.097
11a. Junta	4.912.095	4.635.126	5.517.256	16.800
12a. Junta	11.831.373	3.533.266	7.615.143	27.572
13a. Junta	16.794.272	10.223.180	5.769.738	27.623
14a. Junta	11.564.751	5.031.045	5.860.950	48.140
15a. Junta	17.977.523	7.121.588	7.762.148	68.124
16a. Junta	9.282.098	4.496.232	5.978.028	54.524
17a. Junta	8.836.344	2.217.249	5.607.431	10.860
18a. Junta	6.236.849	4.536.075	5.773.114	20.140
19a. Junta	11.858.624	3.533.298	7.233.525	26.177
20a. Junta (**)	13.273.471	4.060.370	8.214.277	35.907
21a. Junta (*)	14.366.147	5.406.780	8.824.555	51.317
22a. Junta (*)	5.823.467	4.449.919	6.890.940	14.282
23a. Junta (**)	26.687.863	9.169.544	7.284.124	110.715
SUB-TOTAL (total da sede)	287.204.970	118.240.191	162.214.454	1.042.993
Americana	3.498.701	1.876.380	2.414.956	25.505
Araraquara	3.160.486	1.258.243	1.938.265	2.700
Barretos	1.887.433	1.302.037	183.974	7.020
Bauru	4.584.536	2.685.641	1.507.656	96.436
Campinas	12.445.116	4.902.497	4.226.625	6.834
Guarulhos	5.097.810	1.316.630	2.642.146	13.951
Jundiaí	33.766.263	22.865.581	---	44.334
Moji das Cruzes	7.696.348	2.293.997	4.112.986	2.215
Piracicaba	5.266.911	1.873.701	2.718.234	7.547
Ribeirão Preto	8.368.422	4.645.316	3.706.940	39.502
Rio Claro	2.975.718	2.336.777	713.338	6.425
Santo André	15.128.657	8.961.022	5.177.144	20.730
1a. de Santos	11.241.818	4.111.686	2.993.932	24.716
2a. de Santos	6.562.343	3.741.141	3.079.172	12.105
São Bernardo do Campo	7.137.512	5.208.681	6.771.158	4.917
São Cayano do Sul	5.908.937	3.651.459	1.954.410	11.476
São Carlos	2.666.507	1.050.845	1.601.670	13.334
São José dos Campos	3.603.417	2.049.924	1.598.119	12.944
Sorocaba	6.122.976	1.114.073	4.570.592	16.147
Taubaté	4.090.665	370.799	2.660.953	7.412
1a. de Curitiba	5.743.728	4.031.744	4.733.388	17.470
2a. de Curitiba	11.399.169	3.390.379	4.371.399	11.360
Londrina	6.372.069	3.249.294	576.086	36.915
Ponta Grossa	981.878	731.921	2.133.277	9.650
Corumbá	412.799	164.796	212.602	1.210
Cuiabá	811.898	325.215	344.443	2.490
SUB-TOTAL (total fora da sede)	176.932.117	89.509.689	66.943.465	455.075
TOTAL GERAL	464.137.087	207.749.880	229.157.919	1.498.068

(*) Instaladas em 9 de março de 1964

(**) Instaladas em 16 de março de 1964